

Sumário

Apresentação	7
1. A reforma e o “poder instrutório do Juiz”. Será que somos medievais? <i>Charles Emil Machado Martins</i>	9
2. O “novo e multifacetado” artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro e os crimes de perigo <i>Elisangela Melo Reghelin</i>	25
3. A embriaguez ao volante e as mudanças na esfera criminal <i>Fábio Motta Lopes</i>	43
4. Apontamentos críticos sobre as reformas processuais penais <i>Fernando Gerson</i>	59
5. Inovações quanto ao papel do ofendido no Processo Penal brasileiro: entre o texto, a necessidade e a efetividade <i>Francis Rafael Beck</i>	71
6. Controvérsias jurídicas no diagnóstico da embriaguez alcoólica: uma abordagem técnica sobre o tema <i>Francisco Silveira Benfica</i>	91
7. Mudar para não mudar: a nova redação do art. 156 do Código de Processo Penal à luz da Lei nº 11.690/08 <i>Ivan Guardati Vieira</i>	105
8. Diversidade cultural e Processo Penal <i>Marcelo Beckhausen</i>	115
9. O novo procedimento do Tribunal do Júri e a extinção imediata do protesto por novo Júri <i>Marcelo Lemos Dornelles</i>	139
10. Ainda sobre as reformas processuais penais no âmbito da produção probatória: o interrogatório por videoconferência <i>Marcos Eberhardt</i>	153
11. A sistemática da prova na reforma processual penal <i>Miguel Tedesco Wedy</i>	159
12. A (in)constitucionalidade do § 3º do art. 277 do CTB: uma leitura a partir da jurisprudência do TEDH <i>Pedro Krebs</i>	167
13. Algumas considerações sobre a Lei 11.690/2008 e as alterações sobre a Prova no Processo Penal: avanços e retrocessos <i>Ricardo Cunha Martins</i>	175